

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.555 - RS (2019/0283267-6)

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOSE BERNARDINO ROMEIRO TAMARA
ADVOGADO : JOEL PAIM PEREIRA - RS040370

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela União Federal, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

No presente caso, a discussão restringe-se ao *quantum* de, aproximadamente, R\$ 30.306,48, em outubro de 2017, a título de honorários sucumbenciais.

Na origem, José Bernardino Romeiro Tamara ajuizou ação de prestação de contas em face da União Federal, a fim de exigir contas relativamente aos valores oriundos do PASEP com toda a movimentação histórica do saldo resultante das contribuições, no período apontado.

Em sentença, o Juízo de primeira instância indeferiu a inicial, sob o fundamento da inadequação da via eleita, ausente demonstração acerca da inconformidade dos lançamentos. Ademais, foi afastada a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, considerando que sequer foi angularizada a relação jurídico-processual.

Interposta apelação pelo contribuinte, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou seguimento ao recurso, em razão da ocorrência da deserção.

Opostos os declaratórios pela União Federal, o Tribunal de origem decidiu que não há se falar em fixação da verba honorária à parte ré (União Federal), eis que sequer houvera a citação no processo originário e que a apelação não foi conhecida.

Contra esse acórdão que julgou os embargos declaratórios, a União Federal interpôs o presente recurso especial.

Indicou a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, sustentando, em resumo, que, não obstante a oposição dos declaratórios, o Tribunal de origem não apreciou a necessidade de fixação dos honorários advocatícios, considerando o efetivo trabalho jurídico desenvolvido pelos advogados na apresentação das contrarrazões ao recurso de apelação.

Apontou, ademais, a ofensa ao art. 85, §§ 1º, 14 e 19, do CPC/2015, alegando, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter

Superior Tribunal de Justiça

reconhecido a necessidade de condenação da parte recorrida ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, independentemente da angularização processual.

É o relatório. Decido.

O recurso especial comporta acolhimento.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou que, no caso de interposição de apelação pela parte autora e de apresentação contrarrazões pela parte requerida, a triangulação da relação jurídico-processual ocorrida em sede recursal com resistência à pretensão atrai a condenação em honorários.

Diante da identidade de fundamentos, tal entendimento, fixado quanto ao art. 285-A do CPC/1973, deve ser aplicado à presente hipótese, de extinção do processo sem julgamento do mérito.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO 285-A DO CPC/1973. CITAÇÃO DA PARTE RÉ PARA OFERECER CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. No caso de interposição de Apelação pela parte autora contra sentença de improcedência total do pedido, prolatada com base no art. 285-A do CPC/1973 (art. 332 do CPC/2015), deve haver a citação do réu para oferecer contrarrazões, oportunidade em que ocorrerá a triangulação da relação jurídico-processual, sendo cabível a condenação em honorários nos termos do art. 20 do CPC/1973 (art. 85, § 2º, do CPC/2015). Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1.645.670/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 25/4/2017)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE ROMPIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. MATÉRIA PACIFICADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. SENTENÇA PROFERIDA COM BASE NO ART. 285-A DO CPC. APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES. ANGULARIZAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. AGRAVO DO CONTRIBUINTE NÃO PROVIDO. AGRAVO DA FAZENDA NACIONAL PROVIDO.

(...)

2. "No caso de interposição de apelação pela parte autora em face de sentença de improcedência total do pedido, prolatada com base no art. 285-A do CPC, deve haver a citação do réu para oferecer contrarrazões, oportunidade em que ocorrerá a triangulação da relação jurídico-processual, sendo cabível a condenação em honorários nos termos do art. 20 do CPC" (REsp 1.117.091/ES, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 3/11/11).

3. Agravo regimental do contribuinte não provido. Agravo regimental

Superior Tribunal de Justiça

da Fazenda Nacional provido para condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

(AgRg no REsp 1224326/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/10/2013).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA NO CASO. JULGAMENTO LIMINAR DE MÉRITO. APELAÇÃO. SUCUMBÊNCIA DO AUTOR. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. RECURSO PROVIDO.

1. O Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresse juízo a respeito de todas as questões suscitadas pelas partes, bastando, para fundamentar o decidido, fazer uso de argumentação adequada nos limites do pedido, ainda que não espelhe qualquer das teses invocadas. Violação do art. 535 do CPC afastada.

2. A sucumbência da parte autora da demanda em apelação interposta contra sentença liminar de improcedência (art. 285-A do CPC) enseja a condenação em honorários, nos termos do art. 20 do CPC, tendo em vista a prévia citação do réu para oferecer contrarrazões, ocasião em que houve a angularização da relação jurídico-processual. Precedentes.

3. Inexistência de intuito procrastinatório com a oposição de embargos de declaração na origem. Afastamento da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, que se impõe.

4. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1.301.049/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012, DJe 10/12/2012)

No caso, a partir de sua citação, a parte requerida passou a integrar a relação jurídica, apresentando contrarrazões (primeira oportunidade que teve de falar nos autos), na qual reuniu todos os argumentos de uma contestação, para a eventualidade de o julgador aplicar o art. 1.013, §3º, I, CPC/2015, decidindo, desde logo, o mérito.

Assim, se a ré, União Federal, apresentou contrarrazões ao recurso, tendo havido dispêndio de recursos públicos para a elaboração da defesa, acrescida da necessidade de interposição de recursos (embargos declaratórios e recurso especial), motivo pelo qual, nos termos do art. 85, *caput*, §§1º e §2º, é necessário o arbitramento de honorários.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para determinar que o Tribunal de origem proceda à fixação dos honorários em favor da União Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

